

O TRABALHO INVISÍVEL: PERCEPÇÕES DE MULHERES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO DENTRO E FORA DA PANDEMIA

INVISIBLE WORK: WOMEN'S PERCEPTIONS OF DOMESTIC WORK INSIDE AND OUTSIDE THE PANDEMIC

TRABAJO INVISIBLE: PERCEPCIONES FEMENINAS DEL TRABAJO DOMÉSTICO DENTRO Y FUERA DE LA PANDEMIA

*Karen Felipe Fernandes*¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a percepção de mulheres sobre a divisão sexual do trabalho dentro e fora da pandemia de Covid-19 no Brasil e as consequências em suas rotinas dentro do cenário vivenciado. Para contextualizar o tema, foi feita uma revisão bibliográfica, trazendo autores que expõem a fragilidade e as desigualdades que permeiam acerca desta divisão dentro da sociedade capitalista e ocidental. Deste modo se propôs entender as diferentes demandas e interseccionalidades vividas, buscando compreender a forma que foram ou não afetadas durante a pandemia, com ênfase na naturalização da desigualdade de gênero. A metodologia utilizada neste trabalho tem caráter qualitativo, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com dez mulheres que se dividem em dois bairros de classe social popular, na cidade de Campos dos Goytacazes e que vivenciam, em suas subjetividades, essas adversidades, como o aumento da sobrecarga. A partir disso, buscou-se autoras feministas que possuem contribuições acerca do tema, para a análise das entrevistas e de todos os levantamentos abordados durante a pesquisa. Dessa forma, as reflexões nos levam a considerar as dinâmicas familiares em relação à temática e como estas se mantêm antes e durante a pandemia, além das possíveis consequências para o período pós-pandêmico.

Palavras chave: Trabalho doméstico feminino; Pandemia; Divisão sexual do trabalho.

Abstract: This article aims to understand the perception of women about the sexual division of labor within and outside the Covid-19 pandemic in Brazil and the consequences in their lives within the scenario experienced. To contextualize the theme, a literature review was conducted, bringing authors who expose the fragility and inequalities that permeate about this division within the capitalist and Western society. Thus, it was proposed to understand the different demands and intersectionalities experienced and seeking to understand the way they were or were not affected during the pandemic, with emphasis on the naturalization of gender inequality. The methodology used in this work has a qualitative character, semi-structured interviews were applied, with ten women who live in two neighborhoods of popular social class in the city of Campos dos Goytacazes and who experience, in their subjectivities, these adversities, such as the increase of overload. From that, feminist authors who have contributions about the theme were sought for the analysis of the interviews and the analysis of all the surveys approached during the research. Thus, the reflections lead us to consider the family dynamics in relation to the theme and how it remains before and during the pandemic, in addition to the possible consequences for the post-pandemic period.

¹ Graduada em Ciências Sociais (Bacharel) pela Universidade Federal Fluminense. Email: karenff@id.uff.br

Key words: Female domestic work; Pandemic; Sexual division of labor.

Resumen: Este artículo pretende comprender las percepciones de las mujeres sobre la división sexual del trabajo dentro y fuera de la pandemia de Covid-19 en Brasil y las consecuencias para sus rutinas en este escenario. Para contextualizar el tema, se realizó una revisión bibliográfica que reúne autores que exponen la fragilidad y las desigualdades que permean esta división dentro de la sociedad capitalista y occidental. De esta forma, nos propusimos comprender las diferentes demandas e interseccionalidades vividas y buscamos entender cómo fueron o no afectadas durante la pandemia, con énfasis en la naturalización de la desigualdad de género. La metodología utilizada en este trabajo es cualitativa; se realizaron entrevistas semiestructuradas con diez mujeres de dos barrios de bajos ingresos en la ciudad de Campos dos Goytacazes que, en sus subjetividades, experimentan estas adversidades, como el aumento de la carga. Posteriormente, se buscaron autoras feministas con contribuciones al tema para el análisis de las entrevistas y todos los estudios abordados durante la investigación. De esta manera, las reflexiones nos llevan a considerar las dinámicas familiares con respecto al tema y cómo se mantienen antes y durante la pandemia, así como las posibles consecuencias para el período postpandémico.

Palabras clave: Trabajo doméstico femenino; Pandemia; División sexual del trabajo.

INTRODUÇÃO

A divisão sexual do trabalho é um tema abordado por diversos pesquisadores, embora as noções tenham mudado com o passar do tempo e se moldado com as questões atuais da sociedade. Assim, este trabalho tem como objetivo compreender a percepção de mulheres sobre a realização e divisão do trabalho doméstico dentro e fora da pandemia de Covid-19 e o decorrente isolamento social. Dada à pandemia que se instaurou mundialmente, surgiram questionamentos sobre as consequências para a rotina das mulheres, dentro desta pesquisa, com um recorte de classe popular. A ideia deste tema partiu do questionamento: como essas mulheres (responsáveis pelo trabalho reprodutivo da casa) estão enfrentando a pandemia no Brasil?

A metodologia que será aplicada neste trabalho possui caráter qualitativo, sendo realizada com entrevistas, a partir de um roteiro previamente elaborado, com dez mulheres que foram selecionadas em bairros “vizinhos” do município de Campos dos Goytacazes. As entrevistas ocorreram parte presencialmente e parte pelo aplicativo WhatsApp, conforme preferência das entrevistadas, seguindo todos os protocolos de segurança exigidos pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em consideração ao momento pandêmico que ainda era vivenciado, tendo sido realizadas as entrevistas durante os meses novembro e dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Quanto a estruturação, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: na primeira seção foi realizada uma contextualização e revisão bibliográfica, onde foram utilizadas principalmente autoras feministas, como embasamento teórico desta pesquisa, discorrendo sobre os conceitos de gênero, divisão social e sexual do trabalho, seguindo para entendermos a dicotomia entre público e privado, além das questões familiares brasileiras. Ademais, será abordado o momento de pandemia que foi vivenciado e algumas questões já destacadas em pesquisas recentes sobre as consequências do período para a vida das mulheres serão apontadas. Em seguida, as entrevistadas serão apresentadas, dando destaque para os trechos de suas falas, ressaltando suas percepções sobre a divisão do trabalho doméstico. Por fim, será feita uma análise das questões que mais se destacaram nas entrevistas, à luz da bibliografia consolidada sobre o tema.

GÊNERO E DIVISÃO DO TRABALHO

A questão do gênero é um tema com grandes debates e discussões, sendo o papel social da mulher frequentemente analisado e abordado. O gênero é entendido como uma construção social, onde papéis são internalizados e designados a homens e mulheres desde os seus nascimentos, de forma coercitiva, “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir, 1967, p. 9). O papel da mulher na sociedade é moldado com base nas divisões existentes entre os sexos, sendo assim, as circunstâncias em que vivem as mulheres e os homens na sociedade não são produtos de fatores biológicos e sim fruto de construção social (Kergoat, 2009, p. 67) sendo o homem antes de tudo enxergado como sujeito e a mulher como objeto, como “o outro”. Dentro do aspecto gênero existem divisões sociais e sexuais que são discutidas por diversos autores.

A denominada “divisão social do trabalho” parte do modo em que a sociedade pensa o trabalho, tendo como definição a divisão do trabalho não só com base no gênero, mas também na raça e na classe social. É a forma em que a sociedade realiza a divisão hierárquica do trabalho, priorizando funções específicas e inferiorizando outras, dando assim uma valoração maior para profissionais de determinadas áreas, mesmo em uma empresa onde se conta com trabalhadores de diversos ramos, é notável a separação entre esses profissionais e em quais desses são depositados mais prestígios dentro da sociedade. Assim, a divisão social do trabalho, para Marx e Engels (1987), segue essa hierarquização, e para legitimar o seu poder, no que ele chama de “relação de dominação”, as classes dominantes vão se ater

do aparato do Estado, a partir das instituições que são criadas e estabelecidas como reprodutoras dessa força e relação de poder coercitiva.

Portanto, podemos entender que a partir desta compreensão de gênero e divisão social do trabalho, a “divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder” (Hirata, 2002, p. 280), que é responsável por designar as mulheres à esfera reprodutiva e ao espaço privado e os homens a esfera produtiva e ao espaço público. Todas essas questões referentes às divisões desiguais estão presentes na cidade contemporânea e não apenas em contextos históricos. Como Beauvoir (1970) afirma, não existe um momento histórico onde as opressões das mulheres começaram, ela sempre esteve perante a sociedade. Sendo assim, foi se tornando possível a definição de conceitos para apresentar essa divisão, frutos também das discussões e reivindicações dos movimentos feministas. Segundo Beauvoir,

A divisão dos sexos é um dado biológico, e não um momento da história humana. É no seio de um *mitsein* original que sua oposição se formou e ela não a destruiu. O casal é uma unidade fundamental cujas metades se acham presas indissolúvelmente uma à outra: nenhum corte por sexos é possível na sociedade. Isso é o que caracteriza fundamentalmente a mulher: ela é o outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro (Beauvoir, 1970, p. 13-14).

A divisão sexual do trabalho é estruturada como uma das principais desigualdades de gênero, quando relacionada à hierarquização do trabalho. Assimilada como uma divisão do trabalho social que é decorrente das relações sociais entre os sexos (Hirata; Kergoat, 2007), é colocada ainda como um fator prioritário para a sobrevivência dessa relação. Esta forma em particular, da divisão social do trabalho, é definida pelas autoras Hirata e Kergoat (2007) com dois princípios, o de separação e o hierárquico, onde o primeiro é a noção de que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o segundo é a ideia de que um trabalho de um homem possui mais valor do que o de uma mulher. Elas destacam que esses princípios são considerados como válidos em todas as sociedades conhecidas. As autoras explicam que essa separação é legitimada dentro da ideologia naturalista, que é responsável por “rebaixar o gênero ao sexo biológico, reduzindo as práticas sociais em papéis sociais sexuados” que acabam por remeter ao que é chamado no texto de “destino natural da espécie” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600). Assim, é definido que a divisão sexual não é imutável e que mesmo sendo inegável que as condições femininas melhoraram em alguns aspectos, as distâncias entre esses grupos são ainda muito grandes: “Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem

desconstruir o paradoxo de que falávamos no início: tudo muda, mas nada muda” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 600).

Essa divisão sexual do trabalho consiste em imputar as mulheres ao campo reprodutivo e os homens ao produtivo, em um modelo capitalista e ocidental. O trabalho reprodutivo e de cuidado não se restringe apenas aos cuidados da casa, mas também com as crianças, idosos, doentes, marido, entre outros, é todo aquele trabalho que é visto e chamado de “não trabalho”, que é feito sempre para o outro e não para si mesma. Além do estabelecimento que os homens desempenhem os trabalhos profissionais com maior valorização social. É importante ressaltar que a execução da feminilidade e a “obrigação da maternidade e reprodução” está diretamente ligada a divisão sexual do trabalho que limita o lugar da mulher, garantindo o acesso dos homens ao corpo e à capacidade reprodutora do sexo feminino, através da família heteronormativa e monogâmica, imputando a mulher ao campo reprodutivo. Configuração de família construída no sistema patriarcal² garantindo ao homem o papel de dominação e a submissão física e cultural feminina. Sendo o que foge a essa, caracterizada como anômalo, pois o que quer que seja que se distancia aos padrões impostos, é definido como errôneo e está imposto a julgamentos ou até mesmo exclusão.

Antropólogos estruturais-funcionalistas³ compreendem a casa em oposição à rua, sendo o espaço público marcado pela economia, política, o trabalho, a casa entendida como o oposto. Schouten (2002) aponta em seu texto esses dois espaços como “dentro de casa e fora de casa”, onde o primeiro espaço é atribuído para as mulheres e o fora de casa para os homens, sendo essa a divisão entre o espaço público e o privado. Essa divisão existe e é apontada como sendo tanto nas sociedades rurais do mediterrâneo, que foram exemplificadas, como na sociedade moderna, urbana e industrial. A autora aponta como o espaço público é minado para as mulheres e que mesmo em alguns espaços que são “tipicamente femininos” possuem as limitações para mulheres específicas (Schouten, 2002, p. 24). A autora questiona também a ideia de poder da mulher dentro da esfera privada, a casa, que mesmo em casos que a mulher é a responsável pela manutenção do “poder” da

² Sistema responsável por colocar os homens em relação de poder sobre as mulheres: A compreensão do patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, traz que a dominação não é presente apenas na esfera familiar ou no âmbito trabalhista, política etc. O patriarcalismo como um sistema compõe a dinâmica social como um todo, estando internalizado no inconsciente coletivo e individual de homens e mulheres, enquanto uma categoria social (Morgante; Nader, 2014, p. 3).

³ Antropólogos estruturais-funcionalistas compreendem as sociedades em um modelo teórico e analítico que parte da análise da estrutura social, entendendo estas como frutos de relações e funções sociais entre pessoas. “[...] como sendo análogos aos sistemas orgânicos, o que levaria a necessidade de compartilharem os mesmos métodos. Advém daí suas concepções de estrutura social e função” (Sabino; Carvalho, 2013, p. 220).

casa, a que cuida do dinheiro e de outros aspectos, ela não é excluída da violência e da demonstração de poder do homem e tem sua voz negada. Ela afirma, contudo, que esta relação entre espaço privado e poder não é unânime entre pesquisadores.

O que é concluído atualmente não é mais uma “exclusão” da mulher na esfera pública e sim as desvantagens que as mulheres enfrentaram e ainda enfrentam quando adentram na mesma. Devemos pontuar também que essas desvantagens não são as mesmas e nem são compreendidas apenas pelo gênero, a raça e a classe são características principais para a perpetuação das desigualdades que não podem ser deixadas de fora na análise, pois mesmo a divisão sexual do trabalho tendo como sua questão o gênero e o papel da mulher, essas mulheres são afetadas de diferentes formas e contextos.

A autora Michelle Rosaldo (1995) traz pontos importantes em seu texto e trabalha com a noção de “dominação masculina” para apresentar algumas discussões, ela aponta que divergindo de alguns antropólogos que argumentam sobre lugares de privilégios da mulher, “as formas culturais e sociais humanas sempre têm sido subjugadas pela dominação masculina” (ROSALDO, 1995, p. 8). Rosaldo afirma não querer dizer que o homem reina por direito e nem que as mulheres são vítimas passivas de um mundo definido por eles, mas sim que as vastas oportunidades para prestígios e influências pública, entre diversas outras citadas, são reconhecidas como privilégio e direito masculino. Segundo a autora:

A dominação masculina é evidenciada, acredito, quando observamos que as mulheres em quase todos os lugares têm a responsabilidade diária de alimentar e cuidar das crianças, dos maridos e parentes; enquanto que as obrigações masculinas tendem a ser menos regulares e mais baseadas em laços extras familiares, certamente o trabalho do homem em casa não vai ser sancionado pela força da esposa. Mesmo nos casos de grupos onde a violência física é evitada, os homens dizem “ela é uma boa pessoa, não preciso bater nela”, ao passo que nenhuma mulher evoca ameaças físicas quando se refere ao trabalho de seu marido (Rosaldo, 1995, p. 9-10).

Outro aspecto a ser considerado refere-se às disparidades existentes nas competições profissionais, visto que quando o trabalho doméstico é realizado em tempo integral pelas mulheres, elas enfrentam uma discrepância em relação à maioria dos homens em seu tempo disponível para investir em sua carreira profissional, seja ela qual for. Quando as responsabilidades não são divididas e sobrecarregam apenas uma pessoa nas relações, resultando em diversos desgastes, tanto físicos, como emocionais, além de prejudicar a demanda e a produtividade (Biroli, 2018). Em muitos casos também é vista a inserção precarizadas da mulher no mercado de trabalho, que é também responsável pelos desgastes citados, porém a classe e a raça são fatores fundamentais para essa observação.

Ao pensarmos todas essas questões em relação ao mercado de trabalho formal, as mulheres saem em desvantagem na competição, o que dificulta o desenvolvimento de uma carreira. Podemos citar a falta de apoio psicológico e de políticas públicas que contemplem essas questões, o que aumenta a disparidade nas competições, onde o trabalho reprodutivo influencia diretamente no trabalho profissional, produtivo (Biroli, 2018). A divisão sexual do trabalho traz concepções como o reforço da ideia de que a mulher é a principal responsável pelo trabalho doméstico e respectivamente a desvalorização dessa atividade como um trabalho propriamente dito, quando comparado ao trabalho atribuído aos homens (Kergoat, 2009).

No Brasil, a partir de meados do século XX, começou a ser interpretado e compreendido por estudiosos como antropólogos e sociólogos o fato de que a família é uma instituição social, o que anteriormente não era aceito como verdade, pois a família era compreendida como uma constituição natural, denominada a partir do biológico e do consanguíneo. A autora Maria Isabel M. de Almeida que em seu livro “Maternidade: um destino inevitável?” (1987) busca analisar as configurações de famílias e entender sobre as “modificações nas formas de controle e autoridade vigentes no interior da família de classe média brasileira nas últimas 3 décadas” (Almeida, 1987, p. 11), observando a partir da maternidade o processo de modernização e a estruturação social do sujeito. Almeida traz o conceito de anomia, cunhado por Durkheim (1897), que explica o desequilíbrio entre as normas sociais que guiam as sociedades. Dessa forma, a modernização traria um desequilíbrio nas normas antigas, causando uma perda gradativa de poder no seio organizador da família, ressaltando a pluralização e acentuando a já discutida divisão sexual do trabalho.

Sendo assim, os arranjos familiares, e as estruturas sociais, culturais e econômicas, além da hierarquia presente nas famílias do século XIX e XX, a partir do século XXI, sofrem mudanças. Hoje é compreendido que esses arranjos familiares não partem apenas do pressuposto do consanguíneo e do que era visto como tradicional, mesmo que algumas ideologias conservadoras ainda apontem isto. No Brasil, a maior parte das famílias não consiste nesses arranjos “tradicionais”. Segundo os dados do IBGE (2018), 12 milhões de mães, monoparentais⁴, cerca de 37% da população, criam seus filhos sozinhas e grande parte dessas se encontram em situação de extrema pobreza, o que faz com que essas mulheres se

⁴ Família Monoparental Feminina é o grupo familiar composto pela mulher mãe e seus filhos. Neste arranjo familiar geralmente é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família (Brito, 2008).

desdobrem para a manutenção e para a sobrevivência da família, com as funções dos trabalhos domésticos e de prover o lar. Grande parte das crianças não contam com o nome do genitor no registro, assim como uma porcentagem que mesmo sendo registrada, o pai não assume o papel de fato e responsabilidade sobre a criança.

A classe média e a elite brasileira têm historicamente adotado a prática de contratar empregadas domésticas, o trabalho feminino remunerado, para realizarem as tarefas da casa e de cuidados, como os realizados por babás. No meio dessas famílias, ocorre terceirização do trabalho reprodutivo, predominantemente executado por mulheres de baixa renda e negras (Gonzalez, 1984). Sendo assim, a partir desse trabalho nascem vínculos, questões e problemáticas a serem abordadas e questionadas. As denominadas empregadas domésticas, como dito, são em sua maioria mulheres negras. Para muitas delas, esse trabalho representa a única oportunidade de emprego disponível, sendo esse um lugar de uma estruturação baseada no racismo e no sexismo, onde são posicionadas em uma hierarquia onde essas só podem e devem estar em designados trabalhos, aqueles de servirem e não serem vistas:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. [...] Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta [...] Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (Gonzalez, 1984, p. 224-233).

Segundo Jurema Brites (2007), a diferença entre os casais que contratam os serviços domésticos, é que mesmo com a terceirização do trabalho são as mulheres, as patroas que são responsáveis por definir e designar as tarefas as empregadas. Os homens se eximem desse serviço, como em qualquer outro trabalho reprodutivo, mesmo nessas famílias de classe média, a divisão entre as mulheres serem responsáveis pelo trabalho reprodutivo e os homens os responsáveis pelo trabalho produtivo e responsável pelo financeiro, ainda é muito presente.

A divisão das funções nas famílias de classe social mais baixa, geralmente funciona de uma maneira diferente. Como exemplificado no texto de Cynthia Sarti (1994), é comum que o pai e a mãe trabalhem fora de casa, e sejam remunerados por isso, seja um trabalho formal ou informal, assim se o casal possui filhos, geralmente é a filha mulher, mais velha,

que cuida dos afazeres domésticos e dos cuidados com seus outros irmãos. Sarti argumenta que alguns autores trazem que com a urbanização e modernização do Brasil, essa relação de poder onde a figura masculina, paterna, é o chefe da casa, perdeu o sentido, mas indica que outros estudos contradizem esse argumento, definindo que o papel central ainda é do homem, reafirmando a autoridade masculina presente na família patriarcal. Esse domínio se mostra na medida em que, perante a sociedade, uma família onde não há um homem como provedor é desqualificada e fragilizada.

Um dos fatores que divergem entre as famílias de classes sociais diferentes é que nas famílias pobres a chamada “moral e honra do homem” tem um peso social mais forte com as questões financeiras. O fato de em muitas conjunturas não conseguir ser o provedor como o desejado ou se deparar com empecilhos para manter a esposa e seus filhos faz com que os homens sejam os que mais discutem e argumentem sobre a pobreza familiar. Como citado por Sarti:

As dificuldades encontradas para manter o padrão de desempenho que se espera do homem na família pobre, por sua condição de trabalhador e pobre, faz com que a dimensão da pobreza no contexto familiar apareça mais explicitamente no discurso masculino, já que os homens se sentem os responsáveis pelos rendimentos familiares. É sobre ele que recai mais forte o peso do fracasso. É o homem quem falta com sua obrigação quando o dinheiro não dá. Assim, é que na tentativa de "conferir dignidade ao cotidiano sem relevo" destacam-se as qualidades morais que sustentam o homem que é homem nas situações de dificuldade, estruturais em suas vidas.” (Sarti, 1994, p. 73)

A casa e a família são fatores distintos dentro da análise, onde se estabelece uma hierarquia, a casa passa a ser identificada como a mulher, sendo esta responsável pela manutenção dos cuidados da casa e da família, e o homem, visto como provedor e o que possui o poder dentro da hierarquia familiar, é o responsável pela mediação da família com o mundo externo. Dentro dessa divisão entre casa e família, também é pressuposto que o homem sendo aquele responsável por prover o dinheiro, a mulher é aquela que controla o mesmo para os cuidados do lar e dos filhos, em muitos casos se desdobrando para que esta função seja possível, principalmente em famílias pobres. Segundo Sarti, a casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como o homem e a mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família” (Sarti, 1994, p. 77).

No meio desses arranjos, podemos compreender como tradicionalmente, no Brasil, ocorre a divisão do trabalho doméstico na família, com base nas constituições sociais e

econômicas e em uma hierarquia que persiste desde quando começou a se analisar as sociedades e as configurações familiares. Com o patriarcado, responsável pelas mediações em meio ao externo, ainda hoje, as famílias são perpassadas pela dominação masculina, onde a casa, mesmo não sendo em sua maioria constituída por famílias compreendidas como “tradicionais”, ainda é controlada por meio dessa divisão, tanto social quanto sexual do trabalho.

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, fragilizando-a em face deste mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o status central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. (Sarti, 1994, p. 83).

A PANDEMIA DE COVID-19 E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Com o avanço do vírus Sars-Cov-2 e a doença conhecida popularmente como Covid-19, que promoveu a instauração de uma pandemia global, podemos analisar diferenças nos contextos dos cotidianos vividos pelas mulheres, para entender suas percepções sobre o trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia. No que se refere à pandemia no Brasil e a situação das mulheres, conseguimos pensar em inúmeros elementos, em como essas foram e continuam sendo afetadas de modo direto pelo desemprego, pela sobrecarga de trabalho reprodutivo e de cuidado, sendo muitas dessas mulheres mães solas e sem aparato, seja sem rede de apoio ou estabilidade financeira. Com o fechamento das escolas, por causa dos protocolos de segurança com a pandemia, o que acontece é uma nova realidade, onde essas mulheres não conseguem desempenhar o papel da realidade doméstica e de cuidados com os filhos e ao mesmo tempo o trabalho produtivo, pois se encontram praticamente 24 horas dentro de casa. Esses impactos sociais e econômicos são responsáveis pelo sentimento de sobrecarga vivido por essas mulheres, para além da preocupação com o vírus e o medo da doença e suas consequências (Borges, 2020).

Segundo os dados do IBGE⁵ (2018), as mulheres gastam, em média, mais de 60 horas por semana em trabalhos domésticos não remunerados, no Brasil. Borges (2020) pontua como, em primeira perspectiva, a pandemia expõe a dimensão da fragilidade que é intrínseca

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Oubu2b>. Acesso em: 22 jan. 2022.

a nossa condição humana e como isso escancara a necessidade dos trabalhos de cuidados domésticos para a sobrevivência das estruturas sociais, sendo esses contínuos e necessários com uma relação de interdependência (Borges, 2020, p. 269). A autora define a atividade de cuidar, como a atividade que “sustenta a vida e a reprodução social⁶”. A pandemia traz uma realidade a emergir e mostra como as estruturas sociais e as desigualdades, sejam elas de classe, raça ou gênero, estão mais alarmantes do que em tempo algum, não apenas no Brasil, mas globalmente, já que o mundo se encontra em crise social, política e econômica.

O trabalho doméstico é visto diversas vezes como um ato de amor e carinho, dentro do casamento, como um cuidado, apesar de ter custos altos. É necessário entender que quando se constitui o capitalismo e a acumulação, constitui-se o trabalho não pago e a exploração das mulheres, pois o trabalho reprodutivo foi designado a ser não remunerado:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração (Federici, 2019, p. 42-43).

A violência de gênero é colocada nas mais sutis vivências, como a da obrigação com os afazeres do lar, de cuidar de todos e fazer para todos, onde assim se anula como mulher e se torna apenas a esposa, a mãe, a dona de casa, a empregada e a responsável por todas as questões vividas e sofridas na família (Hirata; Kergoat, 2007). Sendo assim, a nossa vivência como mulher é marcada por violências, sejam elas sutis ou explícitas, das mais diversas, que moldam os lugares que nos cabem.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia (pensemos no nome de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le Torchon Brûlé**) se desdobrará em uma dupla dimensão: “estamos cheias” (era a expressão consagrada) de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (Hirata; Kergoat, 2007).

⁶ A reprodução social é aquela reprodução da vida que depende do cuidado: "a questão da reprodução, compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente, [...]" (Federici, 2019, p. 20).

Assim, as primeiras pesquisas desenvolvidas durante a pandemia já previam que com o isolamento social e os fechamentos de escolas e creches, a sobrecarga e a jornada das mulheres teriam um aumento significativo (Siqueira, et al., 2020), então essa divisão sexual do trabalho que já era inerente na sociedade, potencializou-se ainda mais, com outras demandas. (Monticelli, 2021, p. 91)

A partir das considerações acima e a fim de conhecer a percepção de mulheres sobre a divisão do trabalho doméstico durante a pandemia, a pesquisa foi realizada na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, nos bairros IPS e Parque São Benedito, adotando uma metodologia de pesquisa qualitativa, com entrevistas realizadas a partir de um roteiro previamente elaborado e com a amostragem bola de neve, que utiliza cadeias de referências (Vinuto, 2014). O objetivo da pesquisa é compreender as percepções das mulheres sobre a realização e a divisão do trabalho doméstico fora e dentro do período de pandemia. Assim, foram realizadas as entrevistas em parte pessoalmente (segundo todos os protocolos contra a Covid-19) e parte pelo aplicativo de comunicação WhatsApp, por chamada de voz e áudios, somando ao todo dez mulheres entrevistadas. Todas as entrevistas foram realizadas durante os meses dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

Abaixo serão apresentadas cada uma das entrevistadas⁷, ressaltando alguns trechos que se destacaram em suas entrevistas.

1) Bruna tem 35 anos, ensino médio e técnico completo, declara-se como branca, tem uma filha de 5 anos e trabalha formalmente como técnica de enfermagem em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Durante a entrevista, Bruna relata sua rotina e os cuidados com a filha:

O dia que estou trabalhando acordo cedo, vou trabalhar, meu marido leva minha filha pra escola e busca, ele não está trabalhando no momento. O dia que não trabalho minha rotina é cuidar da casa e dela. Faço todos os serviços domésticos. Eu e meu marido fazemos os cuidados da minha filha, quando ele tá em casa, normalmente ele cozinha e eu limpo. A minha filha passa a tarde toda na escola (Bruna).

Relata se sentir cansada e que com a pandemia trabalhou mais por causa da profissão, que não parou e se sentiu sobrecarregada. Também relata algumas situações que vivenciou durante a pandemia pela sua profissão de técnica de enfermagem, trabalhando em uma UPA, diz que “é bem complicado e às vezes chego em casa no outro dia muito cansada e ainda tem

⁷ Os nomes de todas as entrevistadas foram trocados por nomes fictícios.

que fazer um monte de coisas”. Pontua também o fechamento das escolas durante a pandemia e fato de ter sua filha em casa por mais tempo acabou trazendo complicações, sendo assim contou com a ajuda das avós, para cuidar da criança enquanto ela não estava em casa. Sobre a divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela diz: “Sei que existe essa divisão [desigual], mas na minha casa é tudo dividido.”

2) Fernanda tem 26 anos, ensino médio completo, solteira, se declara como negra, uma filha de 4 anos e está no trabalho informal, revendendo lingerie. Sobre a sua rotina, ela diz que fica em casa, arruma a residência, cuida da filha e vai resolver as coisas das vendas de peças íntimas femininas. O trabalho doméstico é feito por ela, faz o almoço, cuida da limpeza e lava o que tem que lavar. É responsável pelos cuidados com a filha, considera-se mãe solo, o genitor não contribui com nada e não tem contato com a filha, apenas a registrou. Relata que na pandemia só obteve mais cuidados em relação ao vírus e à saúde, tentando se manter em isolamento, mas que não se sente sobrecarregada. Ela diz que existe sim uma divisão desigual do trabalho doméstico. Expõe que seus irmãos não fazem nada, “são todos mimadinhos, não lava uma louça e não sabem fazer nada direito”. Afirma que como sempre vivenciou isso, ela não liga mais, mas que às vezes é bem irritante. Todas as tarefas domésticas são divididas entre ela e a mãe, com quem ela mora juntamente aos irmãos. Fernanda diz que basicamente não tem tempo para cuidar dela mesma, e que os homens da casa não realizam nenhuma atividade doméstica, nem mesmo o que não trabalha fora.

3) Laura tem 26 anos, é estudante de Direito, mora no IPS, solteira, declara-se como parda, tem um filho e atualmente trabalha como estagiária no Tribunal de Justiça, anteriormente estava trabalhando como operadora de caixa em uma rede de supermercados. A entrevistada relata que sua rotina se divide entre momentos de trabalho e estudos, e está se dedicando a abrir um negócio de comida com sua mãe. Ela relata que é a responsável pelos cuidados com seu filho e que as tarefas domésticas são divididas entre ela e a mãe, porém como ela é a responsável por sustentar a casa, sua mãe se responsabiliza pela maior parte dos afazeres domésticos, assim como sua irmã mais nova, que auxilia nos cuidados com o seu filho. A rotina de seu filho é geralmente ficar em casa e agora tem pretensão de colocá-lo em uma creche, diz que quando trabalhava no supermercado anteriormente à pandemia, era mais cansativo, pois quase não tinha tempo para estar em casa. Ela argumenta que a pandemia alterou tudo em sua vida, já que tinha acabado de entrar na faculdade e o seu trabalho no supermercado não parou. Diz que houve a misturas do medo da doença com o cansaço:

Fiquei com medo de transmitir, chegando em casa e nem ia encostar em ninguém, acho que desenvolvi uma ansiedade na pandemia, com medo de tudo, com medo do futuro, de pegar a doença e levar para as pessoas que eu amava (Laura).

Em relação ao meu filho, eu queria que o pai dele buscasse ele mais vezes, sabe, eu acho poucos dias que ele pega, acabo me sentindo muito sobrecarregada, porque como fico mais em casa agora ele requer muita atenção, por essa fase dele (Laura).

As atividades domésticas, a gente divide bem aqui em casa, acaba que como eu trabalho, minha mãe fica com a maior parte, mas a gente sempre tira o dia da semana pra fazer a limpeza e tudo mais (Laura).

Eu não vivencio essa divisão [desigual] não, mas na minha família eu vejo que tem muito disso, minhas tias fazem tudo pros maridos delas, eles não fazem nada, mas aqui em casa são só eu, minha mãe, irmã e meu filho, então a gente divide as tarefas entre nós três (Laura).

4) Luciana tem 45 anos, é casada, tem ensino fundamental completo, mora no IPS, tem três filhos e trabalha informalmente vendendo doces. Todos os trabalhos domésticos são feitos por ela, os filhos mais velhos e o marido trabalham fora e a mais nova estuda em casa. Sua rotina diária é acordar cedo, fazer o café da manhã de seus filhos e marido, dedicando-se também aos afazeres de sua religião. Segundo a entrevistada: “É a mesma rotina de toda chefe de família né, cuidar da casa, cuidar da família”. Luciana pontua:

Na maioria das vezes é bem tranquilo, eu gosto do serviço doméstico, mas às vezes preciso de ajuda e tenho que pedir mesmo, porque se eu não pedir não tem alguém na casa que faça voluntariamente (...) quando eu me sinto cansada me dou o luxo de descansar, tento não ficar muito estressada com isso (Luciana).

As mulheres são sempre sobrecarregadas, eu trabalhei 11 anos no meu último emprego e me pergunto como eu conseguia, com meus filhos menores, roupa, comida, arrumação da casa, eu tinha que me virar. Agora eu vejo que o meu marido chega cansado do trabalho, toma um banho e descansa, a mulher não, precisa de adaptar nos dois, trabalhar fora e dentro de casa, então eu vivenciei isso muito nos últimos 11 anos que trabalhei na empresa e agora também. Acho que se a mulher pode trabalhar fora e ajudar nas despesas, o homem também pode fazer os afazeres domésticos e cuidar dos filhos (Luciana).

Na pandemia mudou bastante, todas as pessoas da família ficaram em casa então o trabalho doméstico dobrou, café da manhã, almoço, lanchando, no princípio fiquei muito sobrecarregada e tentei distribuir tarefas entre as pessoas da casa, no começo todo mundo colaborou, tinha que limpar bastante a casa, usar álcool em gel né, mas depois acabei me sentindo ainda mais sobrecarregada (Luciana).

5) Joana tem 43 anos, ensino fundamental completo, mora no Parque São Benedito, é casada, declara-se como parda, tem quatro filhos e está no mercado de trabalho informal. Ela descreve que acorda cedo, lava a louça, arruma a casa, de tarde lê bastante e assiste vídeos para tentar se profissionalizar. Sobre a rotina doméstica relata que tenta organizar os dias para lavar roupas e realizar as tarefas e tira um dia na semana para resolver “suas coisas”, como as contas. As tarefas são realizadas por ela e pelo marido, Joana pontua que divide com ele aos finais de semanas, quando ela “pede ajuda” e que os filhos não contribuem em nada nas tarefas. Antes da pandemia, trabalhava como pipoqueira, porém ficou desempregada e alega que teve que se reinventar, no caso trabalhando com bazar e fazendo trabalhos de freelancer como garçom em um buffet. Sentiu diferença na pandemia, visto que não tinha mais a renda, então teve impacto financeiro e assim ocorreu a ideia do bazar. Diz que a pandemia não mexeu com seu psicológico. Diz que dá conta de tudo. E relata que acha que não existe uma divisão desigual do trabalho doméstico, que ela não vive isso. Depois diz:

Tem homens que são machistas né? E que não fazem as coisas, mas meu marido me ajuda quando eu peço, então não acho que exista essa divisão [desigual] não, a mulher quem faz o homem, aqui em casa o meu marido me ajuda sim, então não vivencio não (Joana).

Durante a pandemia eu tive que me reinventar, como perdi meu emprego acabou faltando as coisas, comecei a buscar outras coisas para fazer, como montar um bazar e trabalhar em buffet, mesmo assim é difícil (Joana).

6) Nicole, 27 anos, é empreendedora e possui uma loja de bijuterias. É casada, parda e possui uma filha de 7 anos. A entrevistada relata que sua rotina se divide entre o trabalho de casa, cuidar de sua filha e das coisas de sua loja, onde ela fica grande parte do dia. Ela também está se formando em pedagogia, então as aulas online também fazem parte de sua rotina. Ela cita que é um pouco complicado manter os estudos com a filha em casa, pois durante a pandemia e ela não indo para a escola, o trabalho aumentou e se confundiu um pouco com os trabalhos de casa, criando assim uma certa confusão para ela e para a criança, com a mudança de rotina. Diz que também vivenciou dificuldades em auxiliar sua filha nas tarefas escolares. Ela é responsável por todos os trabalhos domésticos e de cuidados com a filha e cita que seu marido ajuda algumas vezes, mas a responsabilidade maior é dela. Nicole pontua:

Ah por exemplo, se saímos de casa para ir pra praia, quando a gente chega cansado, sou eu que tenho que dar banho, pôr ela pra dormir e pra sair é a mesma coisa, arrumar ela e tal. Ele não faz essa parte, assim como fazer a

comida e tudo mais, pra ele é mais fácil né, só chegar, tomar banho e dormir, é complicado e estressante as vezes (Nicole).

Descreve também que quando precisa de alguém para ajudá-la é sua mãe, avó de sua filha, a quem ela recorre, principalmente em relação à criança. Ela narra uma dificuldade financeira durante a pandemia, pois as vendas diminuíram consideravelmente, mas diz também que o uso da internet para divulgação e a adaptação para delivery foi bem vantajoso. Quando questionada sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela fala:

Percebo sim e vivencio isso, mesmo assim é complicado pois peço ajuda e para conseguir até o mínimo, como lavar a louça às vezes, tenho que ficar insistindo e isso é um pouco chato e desgastante (Nicole).

7) Tatiana, 27 anos, estudante de gestão hospitalar, mora no Parque São Benedito, está separada, é parda e tem um filho. Não está inserida no mercado de trabalho formal no momento, mas trabalha como cerimonialista de forma periódica. Mãe, dona de casa e estuda à distância. Todas as tarefas são realizadas por ela, acorda, arruma a casa, lava e cozinha. A rotina da criança consiste em: antes da pandemia, acordava e estudava em tempo integral, já durante a pandemia a criança costuma ficar um tempo na casa da avó. Todas as tarefas de cuidados são realizadas pela entrevistada. Não relata dificuldade, mas diz que o cotidiano é cansativo. Comunica que na pandemia sentiu diferença em se resguardar e mudou a rotina com a criança em casa o tempo todo “fazendo bagunça” e que o psicológico dela ficou abalado. Ela diz que existe uma diferença entre homens e mulheres, mas no caso dela ela não vivenciava e descreve: “eu pedia para que meu marido me ajudasse e ele me ajudava”, mas também relata que seu ex-marido “sempre estava no videogame e não fazia nada”. Ela expõe que vivencia momentos de lazer com o filho e que geralmente sai apenas com ele.

8) Vanessa, 25 anos, tem ensino médio completo, mora no Parque São Benedito, vive em união estável, é negra, está grávida e trabalha como manicure. É a responsável pelos trabalhos domésticos em sua casa. Cita que depois da gravidez o marido tem “ajudado” bastante, mas ainda sim é ela quem faz praticamente todos os serviços e ele ajuda em algumas coisas específicas. Não possui funcionários domésticos e sua rotina consiste em: trabalhar como manicure, pontuando a falta de tempo para almoço e descanso. A entrevistada cita que antes da gravidez sentia muito cansaço, pois chegava do trabalho e tinha que realizar todas as tarefas, pois o seu companheiro “não fazia nada” e se sentia sobrecarregada. Relata o cansaço mental. Traz a dificuldade e o impacto financeiro durante a pandemia, apontando que essas mudanças mexeram com o seu psicológico. Diz que existe “muito” uma divisão desigual do trabalho doméstico e que vivenciava, mas hoje não vivencia mais. Comenta em

relação à cobrança que sofria sobre os afazeres domésticos e sobre como seu companheiro, por exemplo, cobrava dela ao esquecer por algum motivo de lavar o uniforme de trabalho dele, causando discussões.

É como se fosse uma obrigação minha, como se a roupa fosse minha e eu não acho que seja assim, ele fala pra mim, isso é obrigação sua, mas na hora do, vamos colocar financeiramente, a obrigação não era só dele (Vanessa).

Eu não me importo de fazer as coisas para ele, como lavar cueca, tem mulher que fala que não lava cueca, mas eu não ligo, até porque é a máquina que lava, eu só estendo. Eu faço a comida e a marmita para ele levar pro trabalho, eu sempre faço mas se um dia eu não fizer ele reclama e acha ruim e eu não gosto dessa cobrança não, sabe? (Vanessa).

9) Verônica, 46 anos, mora no Parque São Benedito, tem ensino médio completo com formação de professora, é casada, branca e tem duas filhas. Trabalha na secretaria de uma escola privada. Ela narra suas atividades diárias:

Eu acordo bem cedinho, vou trabalhar, mas antes deixo todas as atividades de casa prontas pra eles, comida pro meu marido e pras minhas filhas, tudo prontinho, bem-feitinho, todos os dias (Verônica).

Ela relata que faz todos os afazeres domésticos e que nem as filhas e nem o marido realizam nenhuma das tarefas e que cuida das tarefas da filha mais nova também. Em nenhum momento do relato ela apresenta reclamações sobre realizar essas atividades. Sobre como ela se sente em relação às atividades diárias: “Olha é uma luta sim, tem que deixar alguma coisa de lado, senão você não aguenta não”. Com a pandemia, a carga horária na escola diminuiu e ela trabalhava apenas uma vez na semana, então pontua que ficou mais tranquilo realizar os trabalhos de casa, mas, por outro lado, o financeiro foi bem prejudicado: “a renda caiu muito”. Sobre a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres ela diz que percebe que existe sim uma desigualdade e que vive muito isso: “o meu marido apenas faz as compras, até a comida, sou eu quem coloca para ele, então vivencio isso sim”.

10) Walesca, 50 anos, empregada doméstica, negra, possui dois filhos e é casada. A entrevistada relata que trabalha bastante e que é a responsável pelos afazeres domésticos, assim como trabalha nas casas de famílias. Em sua rotina profissional, ela trabalha como empregada doméstica há mais de 20 anos, tanto em casas de famílias como em uma empresa terceirizada. No verão, quando geralmente tem carnaval, ela trabalha como camelô vendendo cerveja e bebidas na praia, pois é a principal fonte de renda em sua casa. Walesca fala:

Olha eu sinto uma dificuldade sim, depois de tantos anos e perto de me aposentar, estou bem cansada, mesmo assim não posso parar de trabalhar

agora, pois meu filho mais novo não trabalha e meu marido faz bicos, eles não fazem nada em casa, eu faço tudo, comida, limpo” (Walesca).

Com a pandemia, ela diz que o trabalho se tornou um pouco mais complicado, pois as exigências das patroas mudaram um pouco e ela não parou em nenhum momento, mas que também não podia parar de trabalhar. Em relação a existir uma divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres, ela fala que não sabe, que ela é quem faz tudo, mas que é “assim mesmo”. Ela retrata:

Eu não parei de trabalhar com a pandemia não, mudou um pouco sim, com o vírus né, mais coisa pra limpar e eu não fiquei em casa, não parei o trabalho nem na casa da minha patroa e não parei na empresa, fiquei com medo de ter que parar e perder o emprego, mas graças a Deus isso não aconteceu (Walesca).

Tá tudo caro né, então fica meio complicado, surgiram umas dificuldades financeiras sim, e aí é complicado porque preciso trabalhar, cuidar da casa, do meu marido e do meu filho, e aí o mais velho, que é casado, às vezes pede ajuda também, é difícil mesmo, eu mesma não compro nada pra mim, é tudo pra casa e pra eles (Walesca).

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas nos trazem pontos cruciais a serem analisados. É possível perceber nas respostas uma negação sobre a desigualdade da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, seja por não acreditarem que exista ou por discorrerem que não vivenciam essa situação. O que podemos interpretar, é que exista uma contradição entre as respostas e as experiências, pois mesmo que essas mulheres não percebam a desigualdade em suas vidas, demonstram que a vivenciam em seus cotidianos, seja de forma mais sutil ou bem exposta. Dessa forma, pode-se perguntar se elas realmente não percebem que vivenciam essa divisão desigual, por ser uma situação intrínseca em suas vidas, dada a construção social e a tradição de como vivem e foram ensinadas ou se percebem, mas não se sentem confortáveis de falar sobre isso na entrevista.

É muito visto durante os relatos, que mesmo entre as entrevistadas que não são as únicas responsáveis pelas tarefas domésticas, estas são divididas com outras mulheres das famílias, ou seja, sempre é a outra presença feminina, seja a mãe, ou a filha mulher, que cuidam da casa e das tarefas domésticas (Sarti, 1994). Na maioria dos casos, os maridos e os filhos homens não são citados como participantes das tarefas reprodutivas, também é mencionado que quando participam, eles não realizam as tarefas de maneira eficiente, sendo assim as mulheres assumem as obrigações e responsabilidades. O que podemos pensar sobre essa não eficiência nas tarefas? Os homens realmente não sabem realizar essas tarefas porque

não são ensinados e socializados nessa responsabilidade desde a infância ou eles realizam as tarefas de maneiras propositalmente inadequadas para existir uma sensação de incapacidade e impotência de realizar essas funções?

Para Silvia Federici (2019), o capital criou essa atmosfera onde é natural o trabalho doméstico ser feminino e necessário, sendo assim os homens não são construídos socialmente e ensinados a “servirem”, assim como as mulheres e meninas. Logo, o questionamento revela que talvez não seja apenas uma falta de interesse em não saber e não aprender as atividades domésticas, mas uma questão de dependência vista como natural dentro da sociedade, onde cada um assume um papel. Assim, para que a distribuição de tarefas ocorra de forma igualitária, precisam ser ensinadas e construídas nos papéis sociais femininos e masculinos desde cedo e neste ponto, podemos compreender a importância de levantar esses questionamentos. Segundo a autora:

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem- -sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social. Tal como Deus criou Eva para dar prazer a Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou (Federici, 2019, p. 44).

Dentro dessa questão abordada por Federici (2019) e Ortner (1979) de uma compreensão internalizada das mulheres onde o cuidado é natural e uma obrigação, durante as falas das entrevistas é visto esse sentimento de forma clara. De forma semelhante, também temos a percepção que aparece em uma das entrevistas de que “a mulher é quem muda o homem”, como se a responsabilidade até mesmo pelos erros do companheiro, fossem da esposa, ela é a responsável pelos erros dos maridos, dos filhos e de todos que estão em sua casa. É quem assume a responsabilidade e as consequências pelos atos dos outros, mesmo estes sendo adultos.

Os relatos das mulheres que foram entrevistadas demonstram como os cuidados dos filhos representam uma parte significativa do seu trabalho diário, principalmente durante a pandemia, sem apoio escolar ou da creche, já que elas são as responsáveis pelos cuidados das crianças sem quase nenhum auxílio, assim precisando conciliar as obrigações profissionais, com o cuidado e os afazeres domésticos. Devido à divisão sexual do trabalho, a forma de cuidar, segundo Hirata e Kergoat (2007) definiu a atribuição social dos filhos às mulheres como ideologia naturalista, na qual o sujeito é naturalmente inclinado para certas tarefas, com base no conceito de hábitos masculinos e femininos.

Certamente não haverá uma maior igualdade profissional entre homens e mulheres enquanto permanecer a assimetria na realização do trabalho doméstico e de cuidados, que continua sendo considerada responsabilidade exclusiva das mulheres. É inegável a importância da discussão teórica em torno de “desgenderizar” para pensar uma nova divisão sexual do trabalho de cuidado, em que homens e mulheres sejam responsáveis pela atenção às pessoas dependentes. O cuidado com os seres dependentes – crianças, idosos, deficientes físicos e mentais, doentes etc. – deve ser tarefa de todos os seres humanos, sem distinção de sexo, na medida em que todos são vulneráveis em algum momento de suas vidas (Hirata, 2016, p. 61).

Falando sobre a pandemia, as entrevistadas indicam que o contexto de sobrecarga se intensificou. Diversas pessoas perderam seus empregos, sendo a partir daí obrigados a se reinventarem e a buscarem meios para se manter durante todo o tempo em que a pandemia ainda perdura. Pensando que as mulheres entrevistadas possuem um recorte de classe social parecido, existem exposições nas entrevistas que demonstram essa crise no contexto profissional, sendo o trabalho informal uma saída para muitas dessas mulheres. Todas as entrevistadas, mesmo as que se denominam como “donas de casa”, tem alguma atribuição do mercado de trabalho e na contribuição da renda:

No Brasil, a pandemia expõe dados alarmantes de agudização da violência seletiva estatal e das vulnerabilidades sociais preexistentes, alto índice de trabalho informal decorrente também da política de austeridade e desregulamentação de leis trabalhistas, noticiando de forma muito evidente uma mórbida taxa de contaminados e de mortalidade como métrica de desigualdades de toda ordem, concentração de riqueza, racismo estrutural, e uma pobreza complexa, multidimensional e heterogênea (Borges, 2020, p. 275).

Essa análise se torna possível colocando em questão a classe social dessas mulheres: nenhuma dessas possuem funcionárias domésticas ou de cuidados, todas são as responsáveis pelos trabalhos de suas respectivas casas. No caso da entrevistada que atua como empregada doméstica, ela relata que não foi dispensada do trabalho durante a pandemia. Segundo Monticelli (2021), o trabalho doméstico remunerado dentro da classe média, foi um dos

primeiros a ser flexibilizado, causando vulnerabilidade às trabalhadoras desses ramos. O que ocorreu não foram novas percepções desse trabalho em si, mas sim as exigências feitas para essas trabalhadoras, o que também é visto no relato da entrevistada. No contexto histórico, as mulheres ainda representam a maior taxa nas ocupações precárias e o maior número de informalidade e mesmo esses não se restringindo apenas às mulheres, elas foram as pioneiras na ocupação desses postos de trabalhos produtivos tidos como precários, servindo como um teste de viabilidade na reestruturação capitalista para ambos os sexos (Segnini, 1998). Mesmo assim, o mercado de trabalho apresenta o menor rendimento para o sexo feminino, a desigualdade de gênero é presente, independente da ocupação, o que também se dá com uma “feminilização e generalização” de atividades acompanhadas de um processo de “rebaixamento” salarial e de desvalorização das atividades. Mesmo com as mudanças que ocorreram no processo produtivo, ainda existem as consequências da divisão sexual do trabalho e essas mudanças não contribuem de forma significativa para eliminá-la (Stancki, 2003).

Também constatamos que mesmo as mulheres que se denominam como “donas de casa”, ainda sim possuem alguma contribuição na fonte de renda, realizando tarefas em alguns casos, informais, que não entram nas estatísticas. Como a maior força feminina de trabalho é essencialmente engajada nas atividades domésticas, essas tarefas que diversas vezes são para auxiliar a renda familiar ou até mesmo a principal fonte de renda, fora dos censos, ficam invisíveis quanto às análises oficiais (Sardenberg, 2004). É necessário destacar também, que com a sobrecarga experimentada devido aos trabalhos domésticos, as mulheres são prejudicadas no desenvolvimento do trabalho produtivo, o que contribui para a manutenção da dependência financeira em relação aos homens. Como observa Federici: “[...] na falta de outros recursos e dependendo financeiramente dos homens, as mulheres sempre transformaram suas emoções em valores (ativos), dando-os aos homens em troca dos recursos materiais que elas não possuíam” (Federici, 2019, p. 342). Nesse sentido, fica evidente o quanto é estressante a realidade da pandemia para essas mulheres, porque além de uma sobrecarga de trabalho, vem também o desafio de administrar e gerenciar de forma interposta o trabalho reprodutivo e produtivo, em certos casos, simultaneamente. É muito importante lembrar ainda que os estudos feministas e de gênero têm se debruçado em desconstruir a dicotomia do “público e privado”, pois a casa não é apenas um lugar de sentimentos, simples e harmonioso, mas é sim um espaço de violência, trabalho e desigualdade (Monticelli, 2021).

Outro tópico a ser analisado é em como as mulheres têm a percepção de quando os companheiros, sejam maridos ou namorados compartilham as funções domésticas com elas, é compreendido como um favor, uma ajuda e não como uma divisão das obrigações e afazeres de uma casa compartilhada e usufruída igualmente. O ato de contribuir com as funções domésticas, a “ajuda” é relatada em tom de agradecimento e gratidão. O ato de “pedir” a colaboração dos outros na casa e de ser prioritariamente e sozinha a responsável por esses afazeres é visto como natural. Ortner (1979) traz uma perspectiva de análise sobre essa questão:

Voltando agora ao problema das mulheres, seu status pancultural secundário poderia ser considerado, simplesmente, postulando-se que as mulheres são identificadas ou simbolicamente associadas com a natureza, em oposição aos homens que são identificados com a cultura. Uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza, se as mulheres são consideradas parte dela, então a cultura achará “natural” subordiná-las, para não dizer oprimi-las (p. 101-102).

Essa naturalidade da atribuição dos afazeres, fez com que, durante a pandemia, as mulheres também ficassem responsáveis pelas tarefas escolares das crianças e adolescentes, ocorrendo o aumento da sobrecarga com essa mistura entre a escola e a casa. Em relação a este ponto, é muito citada a dificuldade de auxiliar nas tarefas escolares e podemos pensar em como a adaptação com o ensino remoto foi árduo, tanto para as crianças, professores e responsáveis, neste caso as mães, que acumularam atividades. Como pode ser observado no trecho a seguir:

Da perspectiva das relações de gênero a política pode ter como efeito indesejável o reforço da divisão sexual do trabalho de cuidado e educação infantil que, tradicionalmente, tem relegado essa responsabilidade exclusivamente às mulheres, ampliando nesse caso os deveres domésticos das mães de modo a incluir a instrução acadêmica (Carvalho, 2000, p. 150).

Para Monticelli (2021), é possível perceber que as desigualdades que estão sendo vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia “não vão ter um caminho de possíveis soluções via políticas públicas” (Monticelli, 2021, p. 100). A autora afirma que essas mulheres continuarão sobrecarregadas entre as demandas reprodutivas e produtivas, do modelo tradicional de delegação de tarefas “que no Brasil se dá de forma individualizada, informal e precária” (Monticelli, 2021, p. 100). Portanto, é necessário entendermos a função e posição do Estado em relação a essas famílias e essas mulheres, neste caso, com ausência (Monticelli, 2021). Dado isso, é compreendido que a pandemia e o isolamento social modificaram as formas e os ritmos das atividades domésticas e de cuidados, mas a

designação das tarefas não foi alterada. Com os relatos das entrevistadas, é notável a diferença de intensidade entre a relação com as tarefas anteriormente à pandemia e durante esta, a sobrecarga de trabalho fica denunciada nos discursos das mulheres. Os dados revelam que a questão da divisão do trabalho doméstico para essas mulheres é internalizada, sentem como “obrigação” delas, o que, como sabemos, é uma construção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que foi apresentada teve como propósito compreender as percepções de mulheres sobre a realização e a divisão das atividades domésticas, dentro e fora do momento de pandemia e de isolamento social. Buscamos durante essa pesquisa trazer referências, especialmente feministas, que trabalhem o tema proposto, com artigos e textos considerados atuais e clássicos. Assim, buscamos um grupo de mulheres de uma mesma classe social, moradoras de uma mesma região do município de Campos dos Goytacazes para as entrevistas, a fim de compreender um pouco da realidade em que estão inseridas, com o trabalho reprodutivo e de cuidado e, frequentemente, a conciliação com a esfera produtiva. Além disso, a intenção de contribuir para o debate sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil também é buscada aqui.

Foi possível concluir que, mesmo antes da pandemia, as mulheres já tinham o sentimento de sobrecarga, o que foi ainda mais acentuado durante esta, visto que as mulheres demonstram certa dificuldade de conceituar essa divisão sexual do trabalho como um verdadeiro problema. As entrevistadas percebem como natural a obrigação do cuidado e ressaltam os afetos envolvidos na prática. Outro fator percebido é a contribuição da pandemia para um problema de renda, uma vez que as dificuldades financeiras e os números alarmantes de desemprego causaram um grande impacto nas vidas dessas famílias.

Desse modo, devemos compreender que as mudanças que ocorreram durante a pandemia estão relacionadas a questões emocionais e físicas, como o sentimento de sobrecarga. Contudo, a dinâmica familiar onde a mulher é a principal responsável pelo serviço doméstico continua a mesma dentro e fora do isolamento. Dentro do propósito de entender e evidenciar a rotina de tarefas domésticas e de cuidados por mulheres, recorreremos a autores que apontam a desqualificação do trabalho doméstico, que acarreta a dificuldade das que vivenciam este contexto em compreender sua posição subordinada dentro da sociedade. Foi apresentada a análise de que o sistema capitalista é responsável por impossibilitar recursos que acolham e auxiliem essas mulheres, além de colocar uma carga

de culpa para a obrigação de cuidar e manter. Isso faz com que os esforços diários executados sejam desqualificados e compreendidos como fruto da natureza e do amor feminino e não um trabalho responsável pela manutenção da vida em sociedade, posto que não é pago e nem valorizado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel M. **Maternidade**: um destino inevitável?. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mito. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES, M. J. R. O vírus e o invisível: a desigualdade de gênero e o trabalho de cuidado. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, Edição especial, t.1, p. 265-310, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2PZxF0u>. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores**. Cadernos Pagu, n. 29, p. 91-109, 2007.

BRITO, F. S. Mulher chefe de família: Um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista 47 Urutagua-revista acadêmica multidisciplinar**. n° 15 – abr./maio/jun./jul. 2008 – Quadrimestral – Maringá. Disponível em: www.urutagua.uem.br/015/15brito.pdf. Acesso em: 06 set. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 2, n. 110, p. 143-155, São Paulo, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martins Fontes, 1897.

FEDERICI, Sílvia. **O ponto zero da revolução**: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Elefante: São Paulo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na Cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, [s.I]. 1984, p. 223-244.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Revista SUR**, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, on-line, São Paulo, n.132, set-dezembro, 2007.

Disponível:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 16 ago. 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Oubbu2b>. Acesso em: 22 jan. 2022.

KERGOAT, Danièle. “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In HIRATA, Helena. et al (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Progresso, 1987.
MONTICELLI, Thais. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. In: **Sociedade e Estado**, Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p. 83-107, 2021.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O Patriarcado nos Estudos Feministas: um debate teórico. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. 2014, p. 1-10.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: ROSALDO, M. & LAMPHERE, L. (orgs.) **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In: **Horizontes Antropológicos**, ano 1, n.1. Porto Alegre, 1995.

SABINO, César; CARVALHO, Maria Cláudia da Veiga Soares. Estrutural-Funcionalismo Antropológico E Comensalidade: breves considerações sobre a mudança social.

DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, [S. l.], v. 8, p. 215–239, 2013. DOI: 10.12957/demetra.2013.8094. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/8094>. Acesso em: 09 set. 2021.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. Trabalho Feminino no Brasil: Desigualdades de Gênero e contrastes regionais. In: SARDENBERG, Cecília Maria 157 Barcellar. (org). **A face feminina do complexo metal-mecânico: mulheres metalúrgicas no norte e nordeste**. Salvador, UFBA, 2004.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

SCHOUTEN, Maria Johanna. Gêneros e espaços, um percurso antropológico. Acta do Colóquio da ADM Estrela “**Fórum desigualdades de gênero**”. Guarda: ADM Estrela, 2002.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação, Trabalho e Desenvolvimento**: uma complexa relação - trabalho apresentado no I Workshop do projeto de pesquisa “Conceitos empregados na educação profissional” - NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - UFMG, 1998.

SIQUEIRA, H. C. B.; SILVA, V. O. B.; PEREIRA, A. L. S.; FILHO, J. D. G.; SILVA, W. R. da. Pandemia de COVID-19 e Gênero: Uma Análise sob a Perspectiva do Princípio Constitucional da Isonomia. **Revista Psicologia & Saberes**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 216–226, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1230>. Acesso em: 02 fev. 2022.

STANCKI, Nanci. Divisão Sexual do Trabalho: a sua constante reprodução. In: **I Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**, PUC-SP, 2003. Disponível em: www.pucsp.br/sites/default/files/img/eitt2003_nancistancki.pdf. Acesso em: 29 jan. 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014.